

RIO DE JANEIRO, RJ, 19 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; meu companheiro Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal; Senador Mário Lozada, que preside o Senado da Argentina; Deputado Geraldo Magela, que preside esta nossa reunião; Senhores companheiros de mesa e, se me permitem citar, quero fazer uma homenagem ao Senhor Leon De Cárpio, que foi Presidente da Guatemala,

Este encontro demonstra a vitalidade do processo de integração do continente americano.

Integração, em nossos dias, já não pode ser pensada como um esforço circunscrito ao âmbito comercial, como se integrar fosse sinônimo de reduzir tarifas ou eliminar barreiras ao intercâmbio de mercadorias.

Ninguém ignora a centralidade do comércio nas relações econômicas entre os países. Mas um processo de aproximação e de efetiva integração, como o que ocorre entre os países deste hemisfério, envolve dimensão política que não se pode perder de vista. Aliás, todos

os oradores que me antecederam fizeram menção a esse aspecto da integração.

Não é por outra razão que, desde a primeira Cúpula das Américas, em Miami – a que eu compareci como Presidente eleito –, tem-se dado ênfase à democracia como elemento inseparável da construção de um continente americano unido na liberdade e na prosperidade.

Sem democracia em cada um de nossos países a integração é impensável. E quem melhor exprime os valores e os ideais da democracia senão os Paramentos?

Por isso, é com grande orgulho que o Brasil recebe, nesta oportunidade, a Conferência Parlamentar das Américas – e com particular satisfação por vê-la presidida por um parlamentar brasileiro, o Deputado Geraldo Magela.

O Deputado Geraldo Magela pertence a um partido que é dos mais críticos do Governo. E essa crítica é parte da democracia e dá significado especial ao fato de estarmos aqui juntos, porque temos a consciência do interesse maior do Brasil e de nossa região, que está acima dos partidos ou das divergências que possamos ter neste ou naquele ponto.

Fui Senador e, em minha atuação no Congresso, procurei sempre estar atento para a relevância dos temas internacionais.

Atuei assim porque sabia – como sabem todos os participantes desta Conferência – que, em nossos dias, a vida de um país não pode ser pensada no isolamento.

Muitos dos processos que nos afetam têm hoje dimensão internacional.

Basta ver – e todos também se referiram a isso – o que ocorreu no dia 11 de setembro nos Estados Unidos, atacados por uma organização terrorista que opera em nível internacional, com agentes de diversas nacionalidades, localizados em diversos países e valendo-se das facilidades de transporte, de comunicação e de fluxo de recursos financeiros que passam através da fronteiras nacionais.

As economias dos países são hoje sistemas interligados, vinculados por laços de interdependência. Nenhum país pode ignorar os demais e nenhum pode desconhecer que sua inserção neste ou naquele bloco

comercial tem conseqüências de peso para seus projetos de desenvolvimento.

Nas últimas semanas, fiz vários discursos ligados a temas internacionais. Falei, no Dia do Diplomata, no Itamaraty; em Brasília, na abertura de um seminário na Ordem dos Advogados do Brasil; em uma conferência sobre democracia em Madri, patrocinada pela Fundação Gorbatchov; na Assembléia Nacional da França; e, mais recentemente, no Plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas. Escrevi também cartas a vários líderes mundiais.

Em todas essas manifestações, tenho enfatizado minha preocupação pela necessidade de uma cooperação mais eficaz entre os países a fim de que possamos dar um rumo de justiça e solidariedade ao processo de globalização.

Todos aqui têm consciência de que esse rumo é essencial.

A economia globalizou-se, mas os mecanismos políticos necessários para responder aos seus desafios continuam tímidos e insuficientes.

Uma tecla de computador permite mover centenas de milhões de dólares de um extremo a outro do planeta em questão de segundos. E, no entanto, mais de um quinto da população mundial continua a viver com menos de um dólar por dia, e mais da metade, com menos de dois dólares por dia.

A instabilidade do sistema financeiro internacional continua a pesar sobre as economias como uma espada de Dâmocles.

O Brasil, que estabilizou sua moeda, que tem recebido expressivos volumes de investimento estrangeiro direto e cuja economia dispõe de todas as condições para seguir uma rota de crescimento sustentado, enfrentou nos últimos anos várias crises.

Se me permitem acrescentar, eu diria que, na verdade, recebemos, só no ano passado, 33 bilhões de dólares. Isso quer dizer que só a China recebeu mais investimento direto do que o Brasil. E isso não foi suficiente para evitar que a crise argentina, as nossas próprias dificuldades e a crise mundial abalasse a economia brasileira. Desde que assumi a Presidência da República, em janeiro de 95, nós sofremos as conseqüências – e não fomos os únicos – diretas da crise do

México, de dezembro de 94; da crise da Ásia, na metade de 97; da crise da Rússia, de 98; da crise do próprio Brasil, de 99; da crise da Argentina e, agora, da crise mundial, da crise dos Estados Unidos.

São essas as condições em que nossas economias operam. E operam assim porque não há outro modo, porque estamos inseridos, como todos os países estão, em um sistema que se globalizou, mas – repito – cujos mecanismos de decisão política estão muito aquém dos mecanismos já existentes, já em marcha, de formulação econômica. Não há sequer o Banco Central dos Estados Unidos, com força suficiente, muitas vezes, para contrabalançar o peso do deslocamento de fluxo de capital. Que dizer então dos Bancos Centrais dos nossos países que, freqüentemente, se vêem às voltas com contárgios, não se sabe do que, com especulações, não se sabe por quê; e com as apreciações de agências de avaliação do desempenho dos nossos países que, de repente, nos dão nota, como se fôssemos alunos de escola. E essas notas têm efeitos desastrosos para a nossas populações e para o esforço de crescimento auto-sustentado.

E há outro problema: o protecionismo dos países mais ricos continua a ser gravíssimo para o processo de desenvolvimento.

Há poucos dias, os ministros reunidos em Doha, no Qatar, alcançaram acordo que define os termos de referência para novo esforço de negociações comerciais multilaterais.

Quero aproveitar esta oportunidade para saudar o que aconteceu lá, qualquer que seja o processo de integração. E o Brasil vive ativamente a integração no Mercosul, com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai, associado ainda à Bolívia e ao Chile. Estamos discutindo – e é objeto desta reunião aqui – a integração com a Alca. Estamos levando adiante processo negociador com a Europa, com a União Européia. Mas todos esses processos, na verdade, impõem limitações no âmbito das negociações que só podem ser superadas no plano multilateral. Só por meio das rodadas comerciais de negociação mais amplas é que teremos força e condição para puxar para as negociações regionais os temas do nosso interesse. Assim, o que aconteceu em Doha – onde foi possível avançar a passos bastante

fortes na negociação de temas que eram, até bem pouco tempo, impossíveis de ser sequer mencionados – constitui marco histórico. É marco histórico o fato de a reunião de Doha ter acabado por aceitar aquilo que o Brasil já havia conquistado, com apoio de outros países, no que diz respeito às patentes, ao direito de dizer que a vida vale mais do que o mercado. Em certas condições, os governos têm, sim, a necessidade da autorização internacional – o Brasil já a tem por nossa própria conta, aqui – para, compulsoriamente, produzir medicamentos quando esses medicamentos são para salvar vidas. E o fato de nós respeitarmos, como respeitamos, as patentes não faz com que aceitemos patentes como elemento para impedir o acesso ao remédio mais barato.

Pois bem, esse tema foi objeto de conversação minha com o Presidente Bush recentemente, foi objeto de avanços na Organização Mundial do Comércio, em Genebra e em Doha – através da formulação que os nossos diplomatas, à frente dos quais o Ministro Celso Lafer, foram capazes de levar adiante –, e acaba de ser consagrado como alguma coisa que é direitos dos pobres, sobretudo as regiões mais pobres que necessitam de acesso a remédios.

Mas não foi só na questão de patentes que houve avanço significativo em Doha. Também lá, pela primeira vez, vimos que os países, sobretudo os europeus – e aí tivemos o apoio dos Estados Unidos –, foram capazes de dizer que é necessário uma negociação sobre o comércio agrícola, pois este é o principal elemento de resistência ao acesso livre de mercado, sobretudo para os países menos desenvolvidos, que dependem vitalmente do acesso ao mercado para seus produtos agrícolas. Essa matéria, que tinha sido eliminada das negociações multilaterais na última rodada de negociações, chamada Rodada Uruguai, agora foi admitida como tema possível de ser debatido – e será debatido nos próximos anos.

Acrescento a isso que, pela primeira vez, houve possibilidade de discutir-se tema central para os nossos países, quando saímos simplesmente da retórica e passamos às questões práticas, como o tema do *antidumping*, ou seja, a capacidade que alguns governos têm de,

unilateralmente, definir que uma mercadoria não pode mais entrar em seus mercados porque ela está constituindo um *dumping*, isto é, estão sendo vendidas a preços mais baratos ou com manipulações políticas, e com isso limitando a possibilidade de que os produtores locais possam fazer a competição. Isso, geralmente, quem faz são os países desenvolvidos, que utilizam o *antidumping* todas as vezes que um país em desenvolvimento é capaz de ser competitivo, como é, notadamente, o caso do Brasil. Mas não é o único. Muitos outros países também têm condições de assim proceder. E, a cada instante, vimos os nossos produtos terem o seu acesso aos mercados barrados por decisões unilaterais de *antidumping*.

Pois bem. Na reunião de Doha, conseguimos avançar, fortemente, nessa matéria, e isso foi considerado como questão em aberto para ser discutida nos próximos anos.

O Brasil se orgulha, portanto, de ter contribuído para o lançamento dessa nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio. Devo, portanto, prestar um tributo à delegação não só do Brasil, mas dos países em desenvolvimento, notadamente da Índia, que lá esteve muito ativa também. Mas, sobretudo, devo dizer que desta vez, graças – quem sabe! – ao que aconteceu no mês de setembro, houve maior sensibilidade. Os Estados Unidos permitiram uma negociação mais ampla, e a União Européia aceitou, finalmente, a discussão dos temas da agricultura, o que mostra, outra vez, a força da dimensão política e a nossa capacidade – nós, países em desenvolvimento – de colocarmos, sem titubeios, sem complexo de inferioridade, com força, os nossos temas sobre a mesa de negociação. É assim que se pode avançar. Foi assim que nós avançamos, e avançamos muito, como acabei de mencionar aqui.

Essa questão é fundamental. É fundamental não apenas pelo aspecto de que nós temos mais acesso a mercados e podemos ter saldos comerciais mais elevados, mas porque isso permite o desenvolvimento nos nossos países de um setor produtivo mais amplo. Isso gera empregos e é mecanismo para evitar a perpetuação das desigualdades. Não há outro caminho para diminuir as desigualdades senão

aumentar o crescimento dos países que são os mais pobres, os países que estão em desenvolvimento e permitir a distribuição de renda nesses países.

Será essencial, portanto, prosseguir com êxito nesse caminho para que o comércio internacional possa ser, efetivamente, uma alavanca de crescimento e de geração de empregos. É preciso lembrar que o objetivo de dar sentido à ampliação do comércio e dos fluxos financeiros internacionais não é apenas de aumentar a riqueza, mas também de eliminar a pobreza, como aqui foi tantas vezes repetido. Sem a consciência desse duplo objetivo não haverá justiça e não haverá desenvolvimento. A colocação de um problema separado do outro não tem solução possível, é uma equação que não se resolve. Não há possibilidade de pensar-se em desenvolvimento com pobreza, e não há possibilidade de pensar-se só na pobreza sem desenvolvimento. É necessário que haja crescimento econômico e, ao mesmo tempo, uma estratégia de combate à miséria e à pobreza.

Este mesmo princípio vale para as nossas discussões sobre a Alca. Nelas está em jogo não o comércio pelo comércio. O principal desafio é o de fazer que o comércio seja instrumento de desenvolvimento e de melhor distribuição de oportunidades. É isso o que dá interesse às negociações da Alca e ao trabalho conjunto que se vem realizando para torná-la uma realidade.

Na verdade, a Alca não vai começar no ano de 2005. A Alca já está em andamento. Se os povos não tiverem consciência disso, se os Parlamentos não tiverem consciência disso, se a sociedade não tiver consciência disso, por mais que nós façamos nossos protestos e nossos discursos, eles serão inúteis, porque as negociações estão em andamento. E estão em andamento porque para que em 2005 nós possamos ter uma negociação vantajosa na Alca é preciso que antes os vários grupos interessados – e grupos interessados não são os governos apenas, são os empresários, os trabalhadores, os consumidores, enfim, é todo o país – possam pensar, com informações, sobre o que acontece efetivamente em cada setor em desenvolvimento, cujas negociações estão sendo realizadas.

As nossas economias são muito diferenciadas umas das outras; internamente, num país como o Brasil, das proporções do Brasil, também. Há setores que têm vantagem na negociação e podem avançar muito com acesso a mercados. Há setores que não têm a mesma vantagem e podem, até mesmo, perder nas negociações. Cabe, portanto, abrir os olhos, saber o que se perde e o que se ganha. Não existe negociação em que só um lado ganha. Não existe negociação boa, evidentemente, que seja imposição, que seja dominação, sem que haja uma espécie de processo de – perdoem a expressão vulgar – dá cá, toma lá. O que eu ganho se eu te abrir tal ou qual espaço? O que perco? O que você perde? Como é possível diminuir as perdas e aumentar os ganhos recíprocos? Como é possível tentar chegar-se a um entendimento em que haja ganhadores ou mais ganhadores do que perdedores? Sendo inevitável que haja perdedores, o que fazer com os setores de produção que efetivamente perdem? Como conduzi-los a um caminho de prosperidade?

Nós assistimos a isso aqui no Mercosul, que é um processo, eu diria, vitorioso do ponto de vista comercial – passamos de 2, 3 bilhões de dólares de comércio para 20 bilhões de dólares em poucos anos. Alguns setores perderam. Muitos outros ganharam. Nós não podemos paralisar os ganhos em função dos que perdem. Mas nós não podemos justificar os ganhos sem que tenhamos também uma política para saber: e os que perdem, que acontece com eles? E, às vezes, não são setores que perdem, são países que perdem. Que fazer com eles? Deixá-los à margem do processo, como se a globalização ou a integração significasse o empobrecimento e a exclusão? Não é aceitável eticamente. Há que buscar mecanismos, há que inspirar-se também no que aconteceu na União Européia. A União Européia soube lidar com essas questões.

A dificuldade que nós temos aqui no processo da Alca é que ricos são dois, e pobres são todos os demais. Na União Européia, pobres eram dois, e ricos eram todos os demais. Sabemos dessa diferença. Não queremos, naturalmente, que o crescimento se faça à custa apenas daqueles que se desenvolveram mais depressa e no passado. Mas

algum tipo de cooperação efetiva dos mais ricos tem que haver para que os mais pobres se sintam cômodos nessa integração. E o Brasil, que é um país intermediário, há de pagar um certo preço também nesse processo, que é um preço de solidariedade, que é justo cobrar-se nos casos em que o país tivesse efetiva vantagem.

Falei há pouco de “cooperação mais eficaz” entre os países. É preciso que nos perguntemos: que faz que a cooperação seja eficaz? Que faz que os países, em um determinado momento, estejam dispostos a trabalhar juntos? E a resposta é uma só: as nações se aproximam e trabalham conjuntamente quando percebem a existência de objetivos comuns, de interesses compartilhados. Isso é o que dá legitimidade à cooperação internacional. E a legitimidade, no plano internacional, é a chave para a eficácia, já o disse tão bem aqui o Senador Ramez Tebet.

Entre nações livres não há imposição, não pode haver lugar para decisões unilaterais. O instrumento tem que ser sempre o mesmo: o diálogo, a busca incansável do entendimento.

Na minha experiência, quem melhor sabe dialogar para trabalhar para o entendimento são os parlamentares.

O diálogo é a matéria-prima da vida parlamentar. Parlamentar vem de *parlare* – falar. Hoje, não sei mais nem falar. Mas quando era Senador, sabia. Os parlamentares são especialistas em falar, sabem falar. E o falar pesa. O falar não é perda de tempo, o falar não é simplesmente a retórica vazia. O falar é a constituição progressiva de uma consciência sobre um problema. E a repetição da fala, muitas vezes tediosa, permite que o tempo elabore os argumentos, permite que as situações se tornem mais claras, permite que possibilidades de entendimentos surjam, permite que a liderança política, se for autêntica e se não for apressada, se não for oportunista, se não for demagógica, perceba o momento em que é possível ir adiante no diálogo e transformar o diálogo numa resolução.

É, portanto, essencial que guardemos essa idéia de que a matéria-prima do parlamentar é o diálogo, que é fundamental no processo de integração das Américas, e a interação diplomática – entre governos – seja complementada por essa dimensão do diálogo interparlamentar.

Cria-se, assim, um espaço de discussão pública, de difusão da informação, de circulação das idéias. Isso é indispensável.

As propostas como as que estão sendo discutidas no contexto da criação da Alca não podem ser adotadas sem uma ampla discussão em cada país, entre os países – e reitero –, por todos os setores interessados.

No Brasil, os temas internacionais – e em particular os que se relacionam à integração das Américas – têm sido objeto de intenso debate no Congresso Nacional. Recentemente, a Câmara patrocinou reunião sobre essa matéria. E não poderia diferente.

Vamos avançar nesse processo, mas só o faremos com a segurança de ele estar – esse processo de integração da Alca – marcado pela transparência e pela abertura.

A participação dos Parlamentos é a melhor garantia disso, garantia de legitimidade e, por isso mesmo, garantia de eficácia.

Este é um continente com vocação de liberdade e de progresso. Somos, realmente, em mais de um sentido, um “Novo Mundo”.

Os ataques terroristas de 11 de setembro mostraram que os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos – e aqui quantos de nós lutamos tanto para consolidar a democracia e os direitos humanos – estarão ameaçados se não estivermos unidos para responder aos desafios de nosso tempo. Muitas vezes, quando se fala que é necessário o valor da democracia, tem-se a impressão de que é uma palavra. Países como os nossos – e muitos dos aqui estão representados –, que passaram pelos regimes autoritários, e às vezes por ditaduras, sabem que não são palavras, sabem que é preciso reiterar sempre esse valor. Sabem, também, que quando não há democracia não apenas a desigualdade pode se acelerar, como ela se acelera sem o protesto, ela se acelera na ilusão. Muitas vezes, aqueles que são dominados pensam que estão melhorando. Na democracia, pode até ocorrer o oposto: a situação estar melhorando e as pessoas pensarem que não. Mas o clima de liberdade é essencial para que as pessoas possam melhorar ainda quando elas não têm consciência de que estão melhorando.

Democracia para nós, portanto, não é uma palavra, é uma fé, é um modo de viver, é uma luta permanente. E os nossos povos têm

experiência, são calejados nessa luta democrática. Por isso, quando vemos ataques terroristas, nós os repelimos. Repelimos com energia, porque sentimos nisso uma ameaça à liberdade, uma ameaça à razão. Tenho reiterado nos meus últimos discursos que sem os elementos de razão não há democracia, porque a democracia quer lei, a lei implica tratamento igual para todos, numa discussão, numa deliberação, num juízo que alguém depois vai dizer: está certo, está errado. Uma separação entre os Poderes implica razão. O ato de terrorismo é a negação de tudo isso, é o ato da violência em si mesma. Mata quem? O inocente. Para quê? Para nada.

Os grandes teóricos da revolução no século XIX se opuseram ao terrorismo. O terrorismo era a forma primitiva de uma revolta, mas de uma revolta quase individual. Hoje, depois de tanto avanço democrático no mundo, o terrorismo é inaceitável sob qualquer pretexto e qualquer argumento. Ele é um ato contra a razão, portanto é ato contra a democracia. É ato, portanto, contra a humanidade, é ato contra o diálogo, é ato contra a convivência entre os povos. Ele é inaceitável, em princípio, e nós, a uma só voz, protestamos imediatamente.

O Brasil pediu até a reunião do Tiar, que é um tratado de defesa recíproca interamericana, porque sentimos que era preciso um basta jurídico, para dizer um não que não fosse apenas um não de adesão emocional a um ato de momento, de uma revolta que houve. É preciso mais do que isso. É preciso reafirmar que acreditamos no ordenamento jurídico porque somos democratas.

Mas acredito que a palavra mais importante que deve derivar de todo esse esforço, de todo esse momento, que foi um momento eu diria até universal, em que todos se sentiram tocados pela violência e pelo sem sentido dos atos praticados – ainda que queiram buscar sentidos, não os tem –, a palavra que mais expressa o momento seguinte é outra: é solidariedade.

Nós sempre estivemos unidos por laços, no nosso continente – sobretudo nos países em desenvolvimento da América Latina –, de fraternidade e de ajuda recíproca.

Hoje, nossa tarefa é dar a esses laços a sua melhor e mais concreta tradução na luta contra o terrorismo, contra o medo, na luta pela eliminação da pobreza, pela redução das desigualdades, pela justiça social e pelo desenvolvimento.

Tem, sinceramente, depois do mês de setembro, que a agenda mundial se concentrasse na luta contra o terror. Seria um grande equívoco. Todos os pronunciamentos que fiz, depois do dia 11, o primeiro que fiz com o líderes do Congresso, foi para dizer que nós temos uma outra agenda, que é esta que se acaba de mencionar e que todos aqui mencionamos: a agenda da redução das desigualdades, de uma melhor justiça, é a agenda da democratização das relações internacionais, é a agenda do desenvolvimento, que é uma agenda complexa. Mas os Senhores e as Senhoras que participam desta Conferência e têm a legitimidade dos seus mandatos populares sabem que é assim, e têm uma contribuição imensa a dar no avanço dos objetivos comuns dos povos das Américas.

Neste momento, é nosso objetivo manter essa agenda, essa agenda que, junto com a repulsa ao terrorismo que se impõe, é de não perder de vista que a pobreza não é causa do terrorismo, seria um insulto aos pobres; terrorismo não é praticado nem pelos pobres nem por aqueles que defendem os pobres. É um insulto aos pobres. Mas, independentemente disso, a agenda da igualdade há de ser permanente. O terrorismo não pode obscurecer, assim como não é legítimo pensar que o terrorismo é consequência da desigualdade da pobreza, porque não é.

Também é legítimo dizer que a luta contra o terrorismo não pode obscurecer a luta maior, que é contra a desigualdade e a pobreza. É uma luta que se faz por sua legitimidade própria, independentemente do terrorismo. É uma luta que se faz porque hoje – e não foi sempre assim – hoje a humanidade dispõe de elementos de desenvolvimento tecnológico, econômico, financeiro, de riquezas suficientes para tornar imoral a pobreza. De alguma maneira, o combate à pobreza passou a ser também uma questão ética. Não foi assim que, no século XIX, os principais pensadores socialistas colocaram a questão.

Foi de outra maneira. Mas agora, diante do crescimento imenso das forças produtivas, diante da capacidade imensa de acumulação de riqueza da qual o mundo dispõe hoje, que a economia globalizada dispõe, a pobreza passa a ser uma imoralidade. Não é só uma injustiça, não é só uma desigualdade, é uma imoralidade, é uma compulsão ética. E não precisa de qualquer outro pretexto, não precisa da ligação entre o terrorismo e a pobreza para justificar a luta contra a pobreza, porque ela é falsa, como disse aqui. É por isso que os parlamentares – como são os que estão mais próximos da voz do povo e freqüentemente ecoam essa voz – têm papel fundamental na discussão de todos os temas que nós estamos agora iniciando.

E é preciso que os parlamentares – e repito –, digo não como Presidente da República, digo nem como ex-Senador, digo como cidadão, é preciso que tenham consciência da importância do momento que estamos vivendo e não se percam na retórica, que passem à luta concreta, que vejam o que se ganha e o que se perde, como é possível efetivamente avançar mais pelo nosso povo. Nós já temos condições para negociações mais altivas, a reunião de Doha mostrou isso.

O Brasil manteve uma luta na questão comercial, agora, recentemente, com um país irmão, que é o Canadá. Conseguimos que a Organização Mundial do Comércio reconhecesse nossos direitos. As lutas que estamos travando em vários setores – e não somos o único país a travá-las – mostram que, hoje, já temos força suficiente para sentar à mesa sem complexo de inferioridade. Mas só faremos isso se nós, primeiro, nos informarmos. Segundo, se nós ouvirmos os interessados da nossa sociedade – todos, como eu disse aqui. Terceiro, se nós tivermos coragem de, às vezes, até pôr à margem certas visões que são passado, se nós entendermos as lutas concretas do nosso tempo. Nosso tempo leva-nos a uma integração crescente.

Essa integração não pode ser confundida com a abdicação de soberania. Soberania não se negocia, se exerce, como eu tenho dito. Mas, ao exercer a plena soberania na defesa do nosso povo, temos que sentar à mesa de negociação e negociar com argumentos concretos, pensando sempre: o povo ganha ou perde; os outros povos ga-

nham ou perdem. De que maneira nós vamos ter, realmente, um mundo mais solidário. E eu acredito nisso.

Acredito que a globalização está aí. Ela é assimétrica. É nosso dever – não só meu, de Presidente da República, de todos nós – transformarmos progressiva e constantemente essa globalização numa globalização mais solidária. Ela só será mais solidária se houver esse sentimento, esses imperativos éticos, se houver essa consciência das situações concretas e se os Parlamentos forem, realmente, ativos na definição, junto com os governos, não contra, nos momentos em que os governos tiverem como marco de referência os interesses dos povos, os Parlamentos também, tendo como marco de referência o interesse dos povos e do país. Se nós, juntos, trabalharmos, se nós fizermos isso, que venha a Alca. Não temos que ter medo. Teremos capacidade de enfrentá-la com propriedade, mas nunca deixaremos que ela seja uma mera negociação comercial e nunca deixaremos que ela seja uma forma disfarçada de dominação, porque isso nós nunca aceitaremos.

Muito obrigado.